dos votos, fica colocado em primeiro lugar. Se tal não acontecer, são retirados todos os candidatos que tiveram zero votos e é também eliminado o candidato menos votado na primeira votação que tenha obtido, pelo menos, um voto. No caso de haver mais do que um candidato na posição de menos votado com pelo menos um voto, faz-se uma votação apenas sobre esses que ficaram empatados em último, para decidir qual eliminar.

Para provar a reeleição do Júri votante caso o candidato que está mais baixo na sua sérieção, o candidato com mais votos é eliminado. Se nesta votação persistir empatar entre dois ou mais candidatos, o Presidente do Júri decide qual o candidato a eliminar, de entre eles.

Depois desta eliminação volta-se a primeira votação, mas apenas com os mesmos votos retirados. O processo repete-se até que um candidato obtenha mais de metade dos votos, ficando este colocado em primeiro lugar.

VI.3 - Retirado da votação o candidato selecionado em primeiro lugar, repete-se todo o processo para o segundo lugar, e assim sucessivamente, se for fazer uma lista ordenada com o número de candidatos aprovados nos métodos de seleção.

VI.4 - Nas votações do júri não são permitidas abstenções.

VII - Calendário do concurso e Notificação dos candidatos

VII.1 - O calendário do concurso é publicado no sítio institucional da UC, em http://www.uc.pt/drh/mo/concursos/pessoal.docente/A_decoder/fc/PO53-18-7129 até ao término do prazo para apresentação das candidaturas. As notificações por edital, cujas datas de afixação constarão obrigatoriamente no calendário do concurso, são: a lista dos candidatos admitidos e excluídos; caso haja lugar a Audição Pública, a hora, local e a identificação dos candidatos admitidos a este método de seleção, de entre estes, a identificação dos candidatos aos quais o Presidente do Júri tenha deferido a prestação da prova por teleconferência; o projeto de decisão final do concurso; as decisões relativas a eventuais alegações dos candidatos; o resultado final do concurso, após homologação. A Audição Pública, a realizar-se, terá lugar na data 08/05/2019.

VII.2 - Se, em qualquer fase do concurso, alguma das datas das notificações a efetuar por Edital não puder ser cumprida, o calendário do concurso será atualizado e republicado nessa mesma data e local, passando as novas datas publicadas a considerar-se as datas efetivas do concurso. Caso a data da Audição Pública inscrita no ponto anterior não puder ser cumprida, a nova data será divulgada no edital que confirme que ela se realize e que indique a lista dos candidatos admitidos e não admitidos à audição pública.

VII.3 - As notificações por edital previstas no ponto VII.1 são feitas por publicação no sítio institucional da UC, em http://www.uc.pt/drh/mo/concursos/pessoal_docente/A_decoder/fc/PO53-18-7129, nos termos do artigo 6.º do Código de Processo Civil, no prazo de até oito dias úteis.

VII.4 - O processo integral do concurso pode ser consultado pelos candidatos, mediante prévio agendamento, no local referido no ponto III.3.1.3.2, durante o respetivo horário de funcionamento (informação disponível em: http://www.uc.pt/drh/contactos).

VIII - Júri do concurso:

Presidente: Prof. Doutora Teresa Pedroso de Lima, Professora Catedrática e Directora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Vogais:
Prof. Doutora Lúcia Lima Rodrigues, Professora Catedrática da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho
Prof. Doutora Helena Oliveira Isidro, Professora Catedrática do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Prof. Doutora Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado, Professora da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho
Prof. Doutor Humberto Ramos Loureiro, Professora da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho
Prof. Doutor Carlos Alberto Esteves Ferreira Gomes, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Prof. Doutor Mário António Gomes Augusto, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

As suas falhas e impedimentos, o Presidente do Júri será substituído pelo Doutor Luís Filipe Martins Menezes, Professora Catedrática e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra que, em igual caso de impedimento, será substituído pelo Vogal Prof. Doutor Carlos Alberto Esteves Ferreira Gomes, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.


Em cumprimento da alínea b) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, rejeitando-no escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Ao presente concurso devem ser opositores os investigadores doutorados que exerçam, ou tenham exercido, funções na universidade de Coimbra, ou que estejam inscritos na área científica posta a concurso e se encontrem abrangidos pelo regime transitori previsto no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, na sua redação atual, e regulamentação conexa.

20 de dezembro de 2018. — O Reitor, Prof. Doutor João Gabriel Silva.

311941339

Edital n.º 73/2019

Torna-se público que, por meu despacho exarado a 18/12/2018, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a contar do dia útil imediato ao da publicação do presente Edital no Diário da República, concurso internacional para ocupação de um posto de trabalho da carreira docente universitária, na categoria de Professor Auxiliar, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a área disciplinar de Gestão — Recursos Humanos, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, aberto no âmbito do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECUDU), na sua redação atual e do Regulamento de Recrutamento e Contratação de Pessoal Docente da Universidade de Coimbra (RCCPDUC), Regulamento n.º 330/2016, de 29 de março, e demais legislação aplicável.

I — Referência e local de trabalho:

1.1 — Referência do concurso: PO53-18-7497.

1.2 — Local de trabalho: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.

II — Requisitos de Admissão:

II.1 — Ter, à data do termo do prazo para apresentação de candidaturas, 18 anos de idade ou mais; não estar inibido para o exercício de funções públicas ou interdito para exercício de funções públicas que se propõe desempenhar; possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e ter cumpridas as leis de vacinação obrigatória.

II.2 — Ser, à data do termo do prazo para apresentação de candidaturas, titular do grau de doutor, válido em Portugal, na área ou em alguma das áreas disciplinares para as quais é aberto o concurso, ou em área conexa que, complementada com o percurso científico, mostre capacidade para trabalhar com centralidade em alguma das áreas disciplinares para as quais é aberto o concurso.

II.3 — Caso não seja falante nativo da língua portuguesa ou inglesa, ser detentor das competências linguísticas no nível C1 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) em, pelo menos, uma das duas línguas.

III — Formalização de candidaturas

III.1 — Instrução da candidatura: cada candidato deve, sob pena de exclusão, entregar um exemplar em suporte de papel e um exemplar em suporte digital, exclusivamente no formato portable document format (pdf), os documentos listados a seguir, com exceção dos mencionados nos pontos III.1.5 a III.1.7.1, que devem ser entregues apenas em formato digital. Nos casos em que o candidato justifique a inviabilidade da entrega em papel ou em suporte digital, deverão ser entregues oito exemplares no formato físico mais adequado, salvo se essa duplicação for inviável, caso em que o número de exemplares, justificadamente, poderá ser inferior. Caso algum dos trabalhos mencionados no Curriculum Vitae contenham documento classificado, que revele sigilo comercial ou industrial, ou segredo relativo à propriedade literária, artística ou científica, deverá o candidato, aponando da formalização da candidatura, indicar expressamente tal reserva, sob pena de o trabalho em causa ser livremente acredido por qualquer um dos demais candidatos, em sede de consulta de processo.

III.1.1 — Requerimento de admissão ao concurso, no qual deve obrigatoriamente:

a) Identificar o posto de trabalho (carréria, categoria e área ou áreas disciplinares) a que se candidata, mencionando a referência deste concurso indicada no ponto I.I do Edital;

b) Indicar o seu nome completo e morada;

c) Indicar o seu endereço de correio eletrónico e telefone de contacto para notificações e eventuais comunicações do procedimento, em compreensão à notícia do Edital;

de) Declarar, sob compromisso de honra, que reúne os requisitos para a constituição de vínculo de emprego público enunciados no ponto II.1;
e) Se residir a mais de 500 km de Coimbra, e caso o pretenda, re-
quer a possibilidade de a sua Audição Pública, a existir, ocorrer por
teleconferência;
f) Se não for nativo da língua portuguesa ou inglesa, declarar sob
compromisso de honra que é detentor das competências linguísticas
exigidas para a prestação do cargo;
g) Declarar, sob compromisso de honra, de que é autônomo toda
a informação e documentação incluída na candidatura, sem prejuízo
da efetiva comprovação, sempre que solicitada.

III.1.2 — Curriculum Vitae, devidamente datado e assinado.
O Curriculum Vitae deve conter um préâmbulo do qual conste, se
existir, o histórico de todas as relações contratuais do candidato até
a data da candidatura em instituições do ensino superior, e respetivos
periódicos, identificando a categoria detida e a fase do vínculo, às áreas
disciplinar e a instituição de ensino superior onde exerce ou exerceu
funções, explicitando, com exatidão, o vínculo laboral detido à data
da candidatura. Deve ainda incluir uma sinopse fundamentada, que
demonstre que o candidato possui especialidade adequada à área ou
áreas disciplinares para as quais é aberto o concurso.

O candidato deve ainda organizar o seu Curriculum Vitae de forma
terminado no ponto III.2;

III.1.3 — Plano de desenvolvimento de carreira, relativo às linhas
de trabalho e áreas disciplinares para as quais é aberto o concurso
a que o candidato propõe dedicar-se na UC, obedecendo aos
seguimentos requisitos: Apresentação dos principais problemas às quais
pretende dedicar a sua investigação futuro, contextualizando-os no
atual estado da arte nessas áreas; Descrição, sistematizada e sucinta,
das estratégias de investigação que o candidato se propõe adoptar, para
desenvolver a sua investigação e resolver ou contribuir para a resolução
dos problemas por si enunciados; Contribuição para o desenvolvimento
do Centro de Investigação em Economia e Gestão da Universidade de
Coimbra (CEBER); Explicitação das razões e motivações das suas
escolhas.

III.1.4 — Cópia dos certificados de habilitações. Os opositores ao
concurso que sejam detentores do grau de doutor obtido no estrangeiro
devem comprovar o respetivo reconhecimento ou a respetiva equivalên-
cia nos termos do Decreto-Lei n.º 283/83 de 21 de junho ou o respetivo
registo nos termos do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro, sob
pensão de exclusão. Os opositores ao concurso que se encontrem a exercer
funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas na Uni-
versidade de Coimbra estão dispensados da respetiva entrega, devendo
solicitar a dispensa em virtude de tais documentos se encontrarem no
seu processo individual.

III.1.5 — Cópia autenticada dos 3 a 6 trabalhos que o candidato
considera melhor representarem as suas mais significativas contribui-
cções para o avanço do conhecimento na área ou áreas para as quais é
aberto o concurso.

III.1.6 — Cópia de todos os demais trabalhos mencionados no Cur-
riculum Vitae.

III.1.7 — Quaisquer outros elementos que o candidato considere
relevantes.

III.2 — Todos os documentos de candidatura indicados no ponto
III.1. devem ser apresentados em língua portuguesa ou inglesa, com
excepção dos indicados em III.1.6 e III.1.7. que poderão ser entregues
nunca que se não existam versões em inglês. Sempre que os originais dos documentos referidos em III.1.4 e III.1.5.
estejam produzidos em língua diferente, deve ser entregue documento
de tradução para a língua portuguesa ou inglesa. Excetuam-se os
diplomas, que podem estar escritos em latim, não sendo necessária
tradução.

III.3 — Entrega da candidatura: Pessoalmente no Serviço de Gestão
de Recursos Humanos da Administração da Universidade de Coim-
bra, durante o respetivo horário de funcionamento disponível em
http://www.uc.pt/contato, ou por correio registado a remeter para a Administração da Universidade de Coimbra — Serviço de
Gestão de Recursos Humanos, Edifício da Faculdade de Medicina,
Rua Larga, 5004-504 Coimbra, Portugal, identificando no sobrescrito
da candidatura a referência do concurso constante no ponto I.1 do
presente edital.

III.4 — Não serão admitidas candidaturas que não estejam devida-
mente instruídas ou não preencham os critérios formais de admissão
ao concurso, nos termos definidos na legislação vigente e no pre-
sentado edital. A apresentação dos documentos ou trabalhos exigidos
fora do prazo estipulado determina igualmente a não admissão ao
concurso.

IV. — Métodos e critérios de seleção:

IV.1. — Métodos de seleção: Avaliação Curricular (50 %) + Audição
Pública (50 %) + Aprovação em Mérito Absoluto (eliminatório), seguidos
da ordenação final dos candidatos.

IV.1.1 — Caso, por decisão excepcional do júri, a tornar na sua primeira
reunificação, este decidir pela exclusão do método de seleção: Avaliação
Pública, a Avaliação Curricular terá uma ponderação de 100 %, seguida
Aprovação em Mérito Absoluto (eliminatório), sendo então os can-
didatos sujeitos à ordenação final.

IV.2. — Critérios de seleção, comuns à Avaliação Curricular e à
Audi-
ção Pública: desempenho científico e capacidade pedagógica dos
candidatos, bem como outras atividades relevantes para a missão de
uma universidade global, de acordo com a ponderação e parâmetros a
seguir enunciados.

IV.2.1 — Desempenho científico do candidato na área ou áreas para as
quais é aberto o concurso, submetido a uma ponderação de 80 %, considerando
os seguintes parâmetros de avaliação:

IV.2.1.1 — Produção científica: será considerada a relevância dos
resultados obtidos pelos candidatos, com grande ênfase nos trabalhos
dedicados pelos candidatos como as suas mais significativas contribui-
ções para o avanço do conhecimento na área ou áreas para as quais é
aberto o concurso;

IV.2.1.2 — Impacto e reconhecimento nacional e internacional da
produção científica: será considerado o reconhecimento pela comunidade
científica dos resultados obtidos pelos candidatos na área ou áreas para as
quais é aberto o concurso;

IV.2.1.3 — Perspetivas científicas futuras: será avaliada a capacidade
do candidato terem no futuro uma produção científica muito relevante
para o desenvolvimento de Coimbra, em particular e para o mundo em
conta os planos de desenvolvimento de carreira apresentados;

IV.2.1.4 — Coordenação e participação em produtos científicos: será
considerada a experiência prévia evidenciada pelos candidatos e o seu
potencial para coordenar e integrar constitutiva e profissionalmente projetos
financiados de índole nacional e internacional, na área ou áreas para as
quais é aberto o concurso;

IV.2.1.5 — Intervenção na comunidade, quer universitária, quer exterior
à universidade: será considerada a intervenção dos candidatos na comuni-
dação, nomeadamente em tarefas voltadas para a integração dos alunos
à actividade científica, bem como na transmissão de conhecimento para a
sociedade e na participação em tarefas de avaliação, e em geral as acti-
vidades dos candidatos que demonstram ser detentores das competências
para desenvolver, com elevada qualidade, as actividades necessárias a uma
universidade global que seja cientificamente muito produtiva e relevante.

IV.2.2 — Capacidade pedagógica dos candidatos, com uma pondera-
cção de 20 %, considerando os seguintes parâmetros de avaliação:

IV.2.2.1 — Atividade leitiva: sempre que exista, será avaliada a ati-
vidade leitiva prévia do candidato, incluídos atividades de supervisão e
atividade leitiva, bem como as evidências das competências detidas para o
desenvolvimento futuro dessa actividade. Essa avaliação deverá
ser com os mecanismos de avaliação pedagógica disponíveis, no-
meadamente inquéritos pedagógicos, cujos resultados os candidatos têm
hábito de incluir no seu Curriculum Vitae, e outros indicadores de
relevância, como prémios ou outras distinções.

IV.2.2.2 — Atividade de orientação e de acompanhamento: será
avaliada a atividade de orientação, de tutoria e de acompanhamento de
estudantes levadas a cabo pelo candidato.

IV.2.2.3 — Material Pedagógico produzido: será avaliada a qualidade
e a quantidade do material pedagógico produzido pelo candidato, bem
como a relevância e impacto de publicações de índole pedagógica,
prémios ou outras distinções.

IV.2.2.4 — Intervenção na comunidade, quer universitária, quer exter-
terior à universidade: será considerada a intervenção dos candidatos na
comunidade, nomeadamente em tarefas constitutivas e de gestão rela-
cionadas com atividade pedagógica e divulgação de conhecimento, e em
guiadas por questões de atuação de candidatos que demonstram ser detetores
das competências para desempenhar com qualidade as tarefas necessárias
a uma universidade global pedagogicamente muito eficaz.

IV.2.3 — O desenvolvimento, pelos candidatos, de outras atividades
relevantes para a missão de uma universidade global pode, justificada-
mente, reforçar a avaliação dos parâmetros previstos nos povos IV.2.1
e IV.2.2, quando seja de dimensão que influencie o desempenho dos
candidatos nesses fatores e o resultado destas atividades tenha qualidade
que justifique esse reforço.

IV.3 — Cada elemento do júri atribui a cada candidato admitido, em
cada um dos métodos de seleção Avaliação Curricular e Audição
Pública, uma classificação em cada critério de seleção (desempenho científico,
capacidade pedagógica). A classificação global que cada elemento do júri
atribui a cada candidato admitido, em cada um dos métodos de seleção, é
uma ponderação das classificações que lhe atribui em cada critério de
seleção, sendo os pesos os indicados em IV.2.1 e IV.2.2. A classificação
final que cada elemento do júri atribui a cada candidato é média simples
da classificação global que atribui a esse candidato em cada um dos métodos de seleção Avaliação Curricular e Audição Pública.

Os candidatos são então sujeitos à aprovação em Mérito Absoluto e posterior ordenação nos termos do ponto VI. do presente Edital. Caso não haja lugar a Audição Pública, a classificação final será atribuída em Mérito Absoluto e posterior ordenação, sendo depois os candidatos sujeitos à aprovação em Mérito Absoluto e posterior ordenação nos termos do ponto VI. do presente Edital.

IV.4 — Todos os candidatos que reúnam os requisitos de admissão são sujeitos à Avaliação Curricular a realizar de acordo com os critérios e ponderações descritos no ponto IV.2. No entanto, estão em sede de Avaliação Curricular e admitidos à Audição Pública, se existir, os cinco candidatos melhor posicionados na ordenação, a efetuar nos termos do ponto VI. do presente Edital.

IV.5 — Em mérito absoluto os candidatos que possam contribuir para que a UC tenha uma atividade de nível global, nos termos previstos no artigo 19.º do RRPCDU, tendo esta apreciação em conta os critérios de seleção e os parâmetros de avaliação indicados no ponto IV.2., não ponderados quantitativamente. Os candidatos que, à data do seu recrutamento, não dominem a língua portuguesa, deverão encetar de imediato o respectivo processo de aprendizagem, com vista a garantir a sua capacidade de lecionar em português, constituindo o nível global nas termos previstos no artigo 19.º do RRPCDU, sendo depois os candidatos sujeitos à aprovação em Mérito Absoluto e posterior ordenação nos termos do ponto VI. do presente Edital.

IV.6 — Processo de seleção.

Primeiro, nos casos em que o júri entenda que todos os candidatos atinjam o nível estabelecido no Edital, a aprovação é realizada por simples maioria de votos em reunião, previamente convocada e presidida pelo Presidente do Júri.

A ordenação dos candidatos é feita em sede de Avaliação Curricular e Audição Pública de acordo com a metodologia definida no ponto VI. do presente Edital.

V.1 — Reunião preparatória.

Na primeira reunião, que é sempre preparatória, o júri decide sobre a admissão das candidaturas e a realização ou não de Audição Pública. Neste último caso, se a alegação de inadmissibilidade não é processada ou do artigo 27.º do RRPCDU. Caso decida pela existência de Audição Pública, ainda na primeira reunião, o júri procede igualmente à Avaliação Curricular dos candidatos e a sua ordenação nos termos definidos no ponto seguinte. No caso de incompatibilidade, ou cumprimento parcial, de alguns dos requisitos definidos no ponto III do edital, o júri decide se essa insuficiência impede a consideração da candidatura, ou se, não tendo impacto relevante no processo de avaliação, a candidatura pode mesmo assim ser admitida.

V.2 — Avaliação Curricular.

A Avaliação Curricular obedece aos critérios de seleção, ponderação e parâmetros de avaliação descritos no ponto IV.2. Na Avaliação Curricular apenas será tido em conta o mérito e consequentemente valorada a experiência prática do candidato na área ou áreas disciplinares para as quais o concurso é aberto, de acordo com os métodos e critérios de seleção e os parâmetros de avaliação emunciados no presente Edital, absten-do-se o júri de apreciar ou valorar o mérito e experiência do candidato

V.3 — Audição Pública.

A Avaliação Curricular obedece à metodologia definida no ponto VI. até que se atinja o número de candidatos previsto no ponto IV.4. do presente Edital, considerando-se todos os demais candidatos excluídos.

V.4 — A notificação dos candidatos excluídos e dos candidatos admitidos à Audição Pública é feita por Email, nos termos previstos no ponto VII do presente Edital.

V.5 — A revenue e ordem final dos candidatos.

V.5.2 — Na segunda reunião, o júri procede à aplicação dos critérios de seleção, ordena os candidatos e elabora o projeto de decisão final. Caso tenha decidido pela realização da Audição Pública, o júri procede então à Avaliação dos candidatos, avaliando-os nos termos dos critérios de seleção e dos parâmetros de avaliação descritos no ponto IV.2., sendo apenas tido em conta o mérito e consequentemente valorada a experiência prática do candidato na área ou áreas disciplinares para as quais o concurso é aberto. A Audição Pública de cada candidato tem a duração máxima de uma hora, podendo, por decisão do Presidente do Júri, ser prolongada por mais meia hora. Compete ao Presidente do Júri conduzir a audição, sem prejuízo de, por decisão sua, poder haver intervenção dos demais elementos do júri na interação com o candidato. A Audição Curricular obedece à metodologia definida no ponto VI. para a avaliação em outra língua, exceto o candidato ou alguns elementos do júri não a dominar, caso em que o Presidente do Júri pode decidir pelo uso da língua inglesa. A não participação à Audição Pública na hora e local previamente marcados é motivo de exclusão do concurso. Os candidatos a quem tenha sido deferida a realização da audição por teleconferência e que na hora agendada não se encontrarem disponíveis para o efeito por qualquer razão, consideram-se igualmente excluídos por não comparecência.

V.6 — Processo de seleção.

Caso o júri tenha decidido pela realização da Audição Pública, procede então à Avaliação, exceto dos candidatos. A Avaliação Curricular obedece aos critérios de seleção, ponderação e parâmetros de avaliação descritos no ponto IV.2. Na avaliação curricular apenas serão tido em conta o mérito e consequentemente valorada a experiência prática do candidato na área ou áreas disciplinares para as quais o concurso é aberto, de acordo com os métodos e critérios de avaliação e parâmetros de avaliação emunciados no presente Edital, absten-se o júri de apreciar ou valorar o mérito e experiência do candidato no respeitante.
teleconferência; o projeto de decisão final do concurso; as decisões relativas a eventuais alegações dos candidatos; o resultado final do concurso, após homologação. A Audição Pública, a realizar-se, terá lugar na data 07/05/2019.

VII.2 — Se, em qualquer fase do concurso, alguma das datas das notificações a efectuar por Edital não puder ser cumprida, o calendário do concurso será atualizado e republicado nessa mesma data e local, passando as novas datas publicadas a considerar-se as datas efetivas do calendário do concurso. Caso a data da Audição Pública inscrita no ponto anterior não puder ser cumprida, a nova data será divulgada no edital que confirme que ela se realiza e que indique a lista dos candidatos admitidos e não admitidos à audição pública.

VII.3 — As notificações por edital previstas no ponto VII.1 são feitas por publicação no sítio institucional da UC, em http://www.uc.pt/drh/concursos/pessoal_doutorado/A descendedor/2053-18-7467, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 112.º do CPA e do artigo 63.º do RRCPDUC, produzindo os seus efeitos nos termos do artigo 113.º do CPA.


VIII — Júri do concurso:

Presidente: Prof. Doutora Teresa Pedroso de Lima, Professora Catedrática e Diretora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Vogais:

Prof. Doutor Carlos José Cabral Cardoso, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Prof. Doutor Jorge Filipe da Silva Gomes, Professor Associado com Agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Prof. Doutora Maria José Chambel Soares, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

Prof. Doutor Silva Agostinho da Silva, Professora Associada do ISCTE-IUL da Universidade de Lisboa

Prof. Doutor Alberto Esteves Ferreira Gomes, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Mário António Gomes Augusto, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente do Júri será substituído pelo Prof. Doutor Luís Filipe Martinho Menezes, Professor Catedrático e Vice-reitor da Universidade de Coimbra que, em igual caso de impedimento, será substituído pelo Vogal Prof. Doutor Carlos Alberto Esteves Ferreira Gomes, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.


Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitá-la e qualquer forma de discriminação.

Ao presente concurso devem ser oportunos os investigadores doutorados que exerçam, ou tenham exercido, funções na universidade de Coimbra na área científica posta a concurso e se encontrem abrangidos pelo regime transitório previsto no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto de 2016, na sua redação atual, e regulação conexa.

20 de dezembro de 2018. — O Reitor, Prof. Doutor João Gabriel Silva.

311941388

Edital n.º 74/2019

Torna-se público que, por meu despacho exarado a 21/12/2018, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a contar do dia útil imediato ao da publicação do presente Edital no Diário da República, concelho internacional para ocupação de um posto de trabalho da carreira docente universitária, na categoria de Professor Associado, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a área disciplinar de Ciências Farmacêuticas, especialidade de Microbiologia, da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, aberto no âmbito do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), na sua redação atual e do Regulamento de Recrutamento e Contratação de Pes

soal Docente da Universidade de Coimbra (RRCPDUC), Regulamento n.º 330/2016, de 29 de março, e demais legislação aplicável.

I — Referência e local do trabalho:

1.1 — Referência do concurso: 2053-18-6221.

1.2 — Local de trabalho: Universidade de Coimbra, Faculdade de Farmácia.

II — Requisitos de Admissão:

1.1 — Ter, à data do termo do prazo para apresentação de candidaturas, 18 anos de idade ou mais; não estar inibido para o exercício de funções públicas ou interditado para exercício de funções públicas que por natureza desempenhar; possuir robustez física e perfeita psíquica indispensáveis ao exercício das funções e ter cumpridas as leis de vacinação obrigatória.

1.2 — Ser, à data do termo do prazo para apresentação de candidaturas, titular do grau de doutor há mais de cinco anos, válido em Portugal, na área ou em alguma das áreas disciplinares para as quais é aberto o concurso, ou em área conexa que, complementada com o percurso científico, mostre capacidade para trabalhar com centralidade em alguma das áreas disciplinares para as quais é aberto o concurso.

1.3 — Caso não seja falante nativo da língua portuguesa ou inglesa, ser detentor das competências linguísticas ao nível C1 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) em, pelo menos, uma das duas línguas.

III — Formalização de candidaturas

1.1 — Instrução da candidatura: cada candidato deve, sob pena de exclusão, entregar um exemplar em suporte de papel e um exemplar em suporte digital, exclusivamente no formato portable document format (pdf), os documentos listados a seguir, com exceção dos mencionados nos pontos III.1.5. a III.1.7., que devem ser entregues apenas em formato digital. Nos casos em que o candidato justifique a inviabilidade da entrega em papel ou em suporte digital, deverão ser entregues oito exemplares no formato físico mais adequado, salvo se essa duplicação for inviável, caso em que o número de exemplares, justificadamente, poderá ser inferior. Caso algum dos trabalhos mencionados no Curriculum Vitae contenham documento classificado, que revele segredo comercial ou industrial, ou segredo relativo à propriedade literária, artística ou científica, deverá o candidato, aquando da formalização da candidatura, indicar expressamente tal reserva, sob pena de o trabalho em causa ser inaptamente acreditado por qualquer um dos demais candidatos, em sede de consulta de processo.

III.1.1 — Requerimento de admissão ao concurso, no qual deve obviariamente:

a) Identificar o posto de trabalho (carreira, categoria e área ou áreas disciplinares) a que se candidata, mencionando a referência deste concurso indicada no ponto I.1 do Edital;

b) Indicar o seu nome completo e morada;

c) Indicar o seu endereço de correio eletrónico e telefone de contacto para notificações e eventuais comunicações do procedimento, em complemento à notificação por Edital;

d) Declinar, sob compromisso de honra, que reúne os requisitos para a constituição de vínculo de emprego público emuncionados no ponto II.1;

e) Se residir a mais de 500 km de Coimbra, e caso o pretenda, requerer a possibilidade de a sua Audição Pública, a existir, ocorrer por teleconferência;

f) não for nativo da língua portuguesa ou inglesa, declarar sob compromisso de honra que é detentor das competências linguísticas exigidas no ponto II.3;

g) Declinar, sob compromisso de honra, de que é autêntica toda a informação e documentação incluída na candidatura, sem prejuízo da efetiva comprovação, sempre que solicitada.

III.1.2 — Curriculum Vitae, devidamente datado e assinado.

O Curriculum Vitae deve conter um preâmbulo do qual conste, entre outros, o histórico de todas as suas relações com o candidato até à data da candidatura em instituições do ensino superior, e respectivos períodos, identificando a categoria detida, a natureza do vínculo, a área disciplinar e a instituição de ensino superior onde exerceu ou exerceu funções, explicitando, com exatidão, o vínculo laboral detido à data da candidatura. Deve ainda incluir, onde fundamentada, que demonstra que o candidato possui especialidade adequada à área e áreas disciplinares para as quais é aberto o concurso.

O candidato deve ainda organizar o seu Curriculum Vitae de forma a responder separadamente a cada um dos critérios de classificação indicados no ponto e subpontos do ponto IV.2., bem como, sob pena de exclusão, identificar e fundamentar, de entre os trabalhos por si produzidos, quais os 3 a 6 que considera melhor representarem as suas mais significativas contribuições para o avanço do conhecimento na área ou áreas disciplinares.

III.1.3 — Plano de desenvolvimento de carreira, relativo às linhas de investigação na área e áreas disciplinares para as quais é aberto o